



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005166-88.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cautelar Inominada - Sustação de Protesto**
 Requerente: **Moacir Soares Amorim**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Moacir Soares Amorin move ação de sustação de protesto cumulada com declaratória de inexistência de débito contra o Estado de São Paulo, narrando que em 27.11.2010 vendeu o VW Fox, 2004/2005, placa DNY 4156 a terceiro, inclusive com o preenchimento do recibo de transferência. Sem embargo, os IPVAs do automóvel foram indevidamente lançados em seu nome, após a referida venda. Sustenta que não é responsável por tais tributos. Por tais fundamentos, pede a declaração de inexigibilidade, a sustação dos protestos e a retirada de seu nome do Cadin.

Liminar concedida, fls. 26.

Contestação às fls. 34/47, alegando-se que em 10.11.2015 foi publicada sentença proferida em ação judicial promovida pelo autor contra terceira, na qual decidiu-se pela exclusão do nome do autor como proprietário do veículo, razão pela qual, a partir daí, não haverá mais o lançamento no nome do autor. Todavia, em relação aos IPVAs anteriores, o autor é responsável pois não comunicou a venda ao órgão de trânsito.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Não há necessidade de suspensão do presente feito, mesmo porque a fazenda pública não é parte no processo de natureza civil referido em contestação.

Segundo a prova que instrui a inicial e as alegações trazidas, o autor, ao menos até a comunicação, ao órgão de trânsito, a propósito da sentença proferida na ação civil (copiada às fls. 76/79), não é contribuinte, mas é responsável pelo IPVA.

Isto porque, como é incontroverso, o autor não comunicou o órgão de trânsito a respeito da venda efetivada, como exige o art. 134 do CTB.

O art. 128 do CTN autoriza a lei a atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, desde que vinculada ao fato gerador da obrigação.

No Estado de São Paulo, o art. 4º, III da Lei nº 6.608/89 e o art. 6º, II da Lei nº 13.296/08 atribuem de modo expresso a responsabilidade tributária pelo IPVA ao alienante de veículo que não comunica a venda ao órgão de trânsito no prazo de 30 dias.

O alienante é vinculado ao fato gerador - ainda que não o pratique - pois é o proprietário anterior. E a previsão legal justifica-se por conta do descumprimento de obrigação acessória - comunicar o órgão de trânsito a respeito da venda - inviabilizador e/ou dificultador de se lançar o tributo contra o atual proprietário.

São, pois, legítimos os lançamentos tributários indicados na inicial, fls. 02, pois todos dizem respeito a fatos geradores anteriores à data em que a fazenda pública foi comunicada do desfecho do processo civil acima referido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Quanto aos fatos geradores posteriores à data em que a fazenda tomou ciência da alienação do veículo, o que ocorreu no final de 2015 (comunicação da sentença proferida no outro feito), os IPVAs são inexigíveis do autor. Com efeito, aquela cientificação a propósito desses fatos é o suficiente para que a fazenda pública não mais efetue o lançamento em nome do autor.

Isso implica a parcial procedência da ação.

Todavia, a sucumbência é carreada inteiramente ao autor, pois a ré não tem qualquer ligação causal com o fato de o lançamento ter sido efetivado contra quem não era mais proprietário. O autor é o causador da celeuma, vez que não providenciou a comunicação prevista no CTB.

Ante o exposto, revogada a liminar, julgo parcialmente procedente para declarar inexigíveis do autor quaisquer débitos de IPVA, referentes ao veículo objeto da presente ação, relativos ao exercício de 2016, inclusive e seguinte. Condeno o autor nas custas e despesas e honorários, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 500,00.

Oficie-se ao(s) tabelionato(s) de protesto para a revigoração dos protestos.

P.I.

São Carlos, 21 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**